

A difícil travessia de um programa de alfabetização de jovens e adultos¹ para a construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico no município de Tucano – Bahia²

José Jackson Reis dos Santos³

Lorita Maria de Oliveira⁴

Maria Helena de Oliveira⁵

¹ Este texto é resultante de um processo de reflexão sobre a caminhada construída coletivamente de janeiro de 1998 até dezembro de 2000 no projeto de "alfabetização solidária" no município de Tucano/Bahia. Participaram do mesmo vários professores, entre os quais: Lorita Maria de Oliveira (coordenadora geral do PAS, UPF/RS, e coordenadora setorial em Euclides da Cunha/BA), Maria Helena de Oliveira (coordenadora setorial em Ribeira do Pombal), Irene S. Saraiva (coordenadora setorial em Tucano-BA), Arlene Dantas (secretária municipal de Educação), José Jackson Reis dos Santos, Ademar Sousa Santos, Sóstenes Bitencourt, Neila Rosa Dantas, Josimara Santos Miranda (coordenadores pedagógicos municipais em Tucano-BA) e todos os orientadores pedagógicos municipais dos diferentes coletivos.

² Em Tucano, o Programa Alfabetização Solidária possui a seguinte organização: a cada semestre são assumidas dez turmas de alfabetizandos e cada turma possui um(a) alfabetizador(a) que acompanha e desenvolve as atividades três vezes por semana, durante três horas por dia. São 250 alfabetizandos, no mínimo, a cada semestre. Há também a coordenação municipal, que contribui para um melhor acompanhamento das turmas, diariamente e uma vez por semana, são realizadas visitas às turmas por essa coordenação. A visita tem por objetivo ajudar os alfabetizandos e alfabetizadores a compreenderem o contexto em que estão inseridos, contribuindo também para a socialização de diferentes experiências no campo da educação de jovens e adultos. A cada quinze dias são realizadas sessões de estudo com os alfabetizadores, com duração de três a quatro horas, de aprofundamento teórico-metodológico sobre o trabalho de construção social do conhecimento. Mensalmente, há a presença da UPF, mais precisamente da Coordenação Setorial. Atualmente, há também o coletivo dos monitores pedagógicos das três cidades circunvizinhas: Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal e Tucano. As três cidades estão envolvidas no trabalho com educação de jovens e adultos da Universidade de Passo Fundo, trabalho esse desenvolvido desde o ano de 1998, data em que a universidade foi convocada a participar do programa.

³ Pedagogo pela Universidade do Estado da Bahia/UNEB/Serrinha/BA e mestrando em Educação na Universidade de Passo Fundo/RS.

⁴ Professora na Universidade de Passo Fundo-RS e mestre em Educação (Unijui-RS).

⁵ Professora na Universidade de Passo Fundo-RS e mestranda em Educação.

Resumo

Este trabalho apresenta a caminhada de construção do Projeto Político-Pedagógico para a Educação Municipal de Tucano, sertão baiano. Objetiva-se com esta produção evidenciar a possibilidade de transformação e ressignificação de uma campanha de alfabetização de jovens e adultos num espaço de construção coletiva de um projeto político-pedagógico municipal. A metodologia utilizada na experiência desenvolvida, de caráter dialético e participativo, pressupõe o respeito aos sujeitos que estão inseridos nos diversos contextos sociais. Seus elementos constitutivos são a observação crítica da prática pedagógica, o seu registro (memória), a teorização da ação e o retorno a ela de forma transformadora.

Palavras-chave: processo, memória, educação de jovens e adultos, projeto político-pedagógico.

Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção.

Paulo Freire

Os altos índices de analfabetismo em nosso país continuam impulsionando a buscar alternativas de superação do atual contexto educacional brasileiro. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1996 apresentou um quadro caótico no qual brasileiros e brasileiras das diferentes regiões do país estão inseridos. Na região Nordeste, eram 23,7% as pessoas acima de quinze anos de idade não-alfabetizadas; na Norte, 15,7%; na Centro-Oeste, 11%; na Sudeste, 8,4%, e na Sul, 7,7%. Do período colonial à sociedade em que vivemos, crianças, jovens e adultos continuam sendo privados dos seus direitos sociais, civis, políticos e das condições mínimas de sobrevivência. A humanidade

vivencia a barbárie, desumaniza-se, naturalizando a violência, a pobreza, a fome, a miséria.

Nesse contexto concreto, a educação pública precisa ser repensada, ressignificada, transformada, pois uma das principais tarefas dos educadores é a de contribuir para o desenvolvimento do verdadeiro sentido de humanização dos sujeitos. A pedagogia emancipadora, como processo de humanização e de construção coletiva de diferentes sujeitos socioculturais, precisa assumir o papel de trabalhar, no interior dos processos político-pedagógicos, a diversidade das experiências sociais dos sujeitos que constituem e dinamizam, cotidianamente, a vida na sociedade.

Nesse contexto de diferenças e contradições, encontraram-se, em 1998, educadores(as) da Universidade de Passo Fundo/RS com a administração municipal de Tucano/BA, representada pela secretária municipal de Educação, com o objetivo de estabelecer relações de trabalho no campo da alfabetização de jovens e adultos.

Localizado no interior nordestino, o município de Tucano apresenta características comuns a boa parte dos municípios do Nordeste e do Brasil. De um lado, fome, pobreza, miséria, desnutrição; crianças que choram e clamam por alimentação; pais e mães que não conseguem superar as situações desumanizantes do contexto concreto, da vida sofrida; são roceiros, lavradores, comerciantes, homens e mulheres imersos numa cultura da desumanização, de desenraizamento cultural. De outro, a fartura, a luxúria, o poder impositivo, a manutenção do *status quo*. Dois mundos, duas realidades: um só Tucano, uma Bahia, um mesmo Brasil.

Superar o não-acesso à educação presente num contexto de desigualdades sociais, a partir da alfabetização de jovens e adultos, tornou-se para a Universidade de Passo Fundo e para o município de Tucano um desafio permanente. Fomos desafiados a transformar e a ressignificar o Programa Alfabetização Solidária num espaço possível para ultrapassar a simples campanha de alfabetização de jovens e adultos num tempo determinado (cinco meses), visto que sempre nos colocamos contra as campanhas pontuais, tanto da esfera federal quanto da estadual, definidas de forma centralizada, sem a participação popular, para serem implementadas de forma verticalizada e impositiva, numa campanha desenvolvida em forma de processo.

O alto índice de pessoas não-alfabetizadas em Tucanos, que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1996), era de 59%, aproximou a Universidade de Passo Fundo e a prefeitura de Tucano. Também por esse motivo, Tucano foi inserido no Programa Alfabetização Solidária desde o primeiro semestre de 1998. Essa relação foi estabelecida de forma verticalizada pelos responsáveis pelo Programa Alfabetização Solidária, não sendo, portanto, uma opção do município nem da universidade. A justificativa apresentada dizia respeito aos contatos com outras regiões do país, estabelecendo novas relações culturais, e também por estar entre as regiões do país que possuem menores índices de analfabetismo.

A certeza que tínhamos era de que as nossas ações político-pedagógicas não deveriam ser ações neutras, apolíticas, sem intervenções. Deveriam ser ações radicais, transparentes, anunciadas, denunciadas, politizadoras, emancipadoras, próprias de uma metodologia participativa.

Iniciamos o processo político-pedagógico a partir da reflexão das práticas dos sujeitos envolvidos, problematizando, coletivamente, o contexto municipal. Paulo Freire (1982) dizia que, “quanto mais somos capazes de desvelar a razão de ser de por que somos como estamos sendo, tanto mais nos é possível alcançar também a razão de ser da realidade em que estamos, superando assim a compreensão ingênua que dela possamos ter”.

O primeiro contato dos alfabetizadores com as comunidades evidenciou o grande desafio de desencadear um processo de formação, e não apenas desenvolver atividades durante um curto período. Em geral, os jovens e adultos são pessoas que trabalham

na roça durante o dia inteiro; a maioria deles apresenta problemas de visão e abandonou a escola para trabalhar e sobreviver; são originários, na grande maioria, de famílias com um grande número de filhos.

Além desses fatores que afetam fortemente os alfabetizandos, ainda existe o problema da distância da casa até a escola e a televisão, que é um recurso audiovisual atraente. É importante ressaltar que, mesmo não apresentando boas condições de vida, uma grande maioria dos alfabetizandos possui um aparelho de televisão em sua residência. O processo de globalização, de desumanização, de desconstrução do ser humano se dá também em nossa própria casa. Já algumas comunidades apresentam sérios problemas socioeconômicos. Além da ausência de trabalho, sofrem pela falta de água, de estradas de boa qualidade e de energia elétrica. O saneamento básico praticamente não recebe investimentos, o que faz aumentar os problemas na área de saúde pública.

Os problemas no campo da alfabetização de jovens e adultos nos levaram à conclusão de que seria necessário assumir um trabalho que fosse além do processo de alfabetização inicial, ou seja, precisaríamos construir, dialeticamente, uma educação problematizadora e preocupada com a transformação do contexto educacional, no qual homens e mulheres continuam sendo desestruturados em suas raízes histórico-culturais, o que é agravado principalmente pelo modelo de sociedade excludente e neoliberal.

É nesse contexto que foram pensadas a Política de Educação de Jovens e Adultos e as Políticas Públicas da Educação Municipal, articuladas a um projeto mais amplo relacionado com o contexto sócio-histórico-

político-econômico-cultural e vinculadas às práticas sociais e cotidianas dos sujeitos que nela estão inseridos. Cabe pensar tal educação refletindo criticamente acerca da atual situação de vida dos alfabetizandos envolvidos neste processo de apreensão da leitura e escrita da palavra e do mundo. A questão posta é de que a alfabetização inicial precisa estar articulada a uma política de educação de jovens e adultos que garanta a continuidade dos estudos dos(as) alfabetizandos(as) ao longo da vida, a qual deve, necessariamente, estar articulada a uma política de educação municipal como direito de todos.

Apesar dos investimentos na alfabetização de jovens e adultos e das campanhas, tanto federais e estaduais, os avanços são muito pequenos ou quase não existem. Em campanhas federais e estaduais, permanece a idéia de que quatro ou cinco meses são considerados suficientes para o jovem ou adulto alfabetizar-se.

Em Tucano, em 1998, as leituras de realidades revelaram a inexistência de uma política voltada à educação de jovens e adultos e de um projeto de educação emancipadora. As ações educacionais do município centravam-se numa política de mero atendimento a questões pontuais: transporte e merenda escolar, distribuição de material didático, viabilização de água para comunidades que apresentavam tal necessidade, entre outras. Havia uma certeza de que a mudança desse contexto, tanto na educação de jovens e adultos quanto nas outras políticas educacionais, dependeria de uma opção por um projeto político-pedagógico que compreendesse o contexto do município em sua totalidade, no sentido de buscar alternativas para o quadro

existente no âmbito não só educacional, mas dos aspectos voltados também às condições materiais de sobrevivência e dignidade humana. Um projeto alternativo deveria primar pela participação dos sujeitos sociais nos diferentes espaços de atuação.

A travessia necessária nos coletivos, o reencontro com a Pedagogia da Esperança⁶ – uma opção teórico-metodológica na educação municipal

Do acarajé ao chimarrão, da capoeira à chula, o ritmo entre Tucano e Passo Fundo consolida-se numa construção essencialmente coletiva. Isso reafirma o compromisso coletivo transformacional assumido junto ao município.

A busca de alternativas referendadas na e pela educação popular levou a uma nova história de projeção política, pedagogicamente emancipadora. Referendados na perspectiva freireana de construção social do conhecimento, fomos construindo, de forma coletiva e processual, uma política de educação de jovens e adultos inserida num projeto de educação municipal.

A nossa compreensão de educação estava diretamente enraizada na perspectiva das políticas públicas no sentido pensado por Boneti (1997, p. 188):

Política Pública é o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento ou redirecionamento dos rumos dos investimentos na escala social

e produtiva da sociedade. Nesse caso, o Estado se apresenta apenas como agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito de correlação de forças travadas entre os agentes de poder.

Entendendo políticas públicas como as ações que nascem dos sujeitos socioculturais, entre eles, alfabetizando e alfabetizadas, comunidade local, funcionários e funcionárias, associações e sindicatos, educadores e educadoras, pais e mães, entre outros, numa corrupção em que o papel do poder público passa a ser não o de definir as ações prioritárias para a comunidade, mas o de repassar para esta que lhe é de direito, iniciamos a concretização dos nossos sonhos coletivos.

Sabíamos, por outro lado, que apenas compreender políticas públicas nessa perspectiva não daria conta da concretização dos nossos objetivos. Assim, fomos construindo formas de caminhar respaldados nos princípios teórico-metodológicos do “Projeto Político-Pedagógico nos Coletivos, o Reencontro com a Pedagogia da Esperança”, na perspectiva de possibilitar a reorganização do contexto educacional do município de Tucano.

Pensando em não repetir a mesma lógica que sempre se deu na história da educação no Brasil, em que modelos de projetos são constantemente implantados sem que se conheça o contexto concreto, decidimos, inicialmente, definir espaços de discussão (coletivos), respeitando e priorizando os seguintes princípios teórico-metodológicos: o processo, o partir da prática, a participação, o exercício do poder na condução da proposta, a natureza da instituição sobre a qual se faz a proposta e a opção ética.

Materializar tais princípios apontou para a compreensão clara do significado de

processo. Não podemos ficar sempre começando algo. Metodológica e teoricamente, o processo deve caminhar à luz da nossa compreensão. E, para compreender, precisamos observar criticamente a nossa própria prática, nas suas relações com o contexto local e global. No trabalho aqui anunciado, optamos por registrar por escrito as nossas práticas pedagógicas, ao que denominamos de *memória*.

Como produção escrita, a memória possibilita a sistematização e a objetivação das relações pedagógicas observadas criticamente no processo de construção social do conhecimento. Esse elemento metodológico possibilita também o distanciamento do sujeito pesquisador da ação em que está imerso. Nela, os sujeitos do ato educativo revelam-se na tríade ação-reflexão-ação, numa atitude contínua e permanente como sujeitos pesquisadores. A observação crítica e sistemática da prática pedagógica precede o registro escrito reflexivo (memória); já a teorização da prática e o retorno à ação, de forma transformadora, são movimentos ulteriores.

De acordo com Benincá et. al:

A observação e o registro são alimentadores da memória, pois são os passos iniciais da leitura da prática, que traduzem os indicativos a serem refletidos. Como proposta de trabalho, ela também é um instrumento de pesquisa. Como tal, torna-se uma necessidade para os que desejam realizar um processo de investigação da própria prática pedagógica. [...] Permite, assim que sejam identificados os problemas e os conflitos inerentes ao processo educativo e ajuda, conseqüentemente, a refazer a prática pedagógica de forma intencional. (Benincá et al., 2000, p. 11-13)

O fragmento da memória de Ademar Sousa Santos, um dos coordenadores pedagógicos municipais de 1999 a 2000, em Tucano, reafirma o que estamos explicitando.

Metodologicamente, o nosso projeto utiliza-se de uma perspectiva qualitativa que tem como ponto fundamental a observação sistematizada e registrada de nossa prática, o que possibilita um grau de cientificidade e trabalha com a construção social do conhecimento. É nesse sentido que o registro, ou seja, a memória é o ponto de partida (e chegada) para desencadear os caminhos a serem percorridos. É ela a grande reveladora de nossos pensamentos. É ela que abre, de certa forma, o nosso coração, que nos revela, que nos despe, que nos torna transparentes, que proporciona o sentimento vir à tona, ou seja, aponta as relações de subjetividade presentes no cotidiano pedagógico. É isso que a memória revela: nosso ser, nossa prática do dia-a-dia, as nossas vivências. E são elas que precisam estar presentes para que possamos, realmente, visualizá-las, objetivá-las, refleti-las, encaminhá-las. (Santos, 2000)⁷

Nessa construção, reafirmamos os princípios de liberdade e de emancipação humana, a partir da metodologia da práxis, como sujeitos críticos, reflexivos, problematizadores, propositivos e intervenientes.

Movimentos necessários para garantir a implementação do Projeto Político-Pedagógico nos Coletivos, o Reencontro com a Pedagogia da Esperança

Num contexto com, aproximadamente, 15 mil estudantes, com mais de seiscentos educadores(as), com 113 escolas distribuídas na cidade e no campo, numa

área de 2 436 km², construir e implementar um projeto político-pedagógico municipal, certamente, não é tarefa fácil.

Para implementar os princípios teórico-metodológicos partindo dos diferentes contextos, trabalhamos com um fluxograma que permitiu a construção coletiva em quatro instâncias: escolas (espaços de formação continuada em serviço), núcleos (junção das escolas e locais centrais das sessões de estudo desenvolvidas quinzenalmente nos contextos escolares), zonais (conjunto de povoados em que estão inseridas as escolas, formadas de acordo com a modalidade de ensino ou, em alguns casos, por proximidade entre as comunidades) e Secretaria Municipal de Educação.

Em cada instância, a partir de diferentes coletivos (de pais, mães, estudantes, gestores, educadores(as), funcionários(as), comunidade local etc., garantimos tempos e espaços para estudos permanentes da realidade e das práticas pedagógicas. A socialização do registro escrito (memória) e o aprofundamento teórico-metodológico da própria prática dos(as) educadores(as) foram ações permanentes também nesses contextos.

Os espaços e tempos definidos possibilitaram a concretização de fluxos de formação continuada em serviço em toda a rede municipal de educação.

Nesta formação continuada em serviço, nas palavras de Paulo Freire (1999, p. 44), “o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”.

A partir da perspectiva de trabalho em coletivos, fomos garantindo a definição e implementação de uma política pública tanto para a totalidade da educação de jovens e adultos como para a educação municipal, superando, assim, uma simples campanha de alfabetização inicial de jovens e adultos.

Os momentos, não estanques, que qualificaram e aprofundaram a construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico de Tucano podem ser evidenciados nos seguintes movimentos:

- constituição do coletivo da coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
- nucleação do município, mapeando as escolas em coletivos na perspectiva de trabalhar em fluxos, partindo de uma rede de relações sociais estabelecida a partir da *memória*, como elemento metodológico que possibilitaria a reflexão da prática de todos os sujeitos inseridos no processo;
- organização e definição dos 21 coletivos constituídos por educadores, educadoras, funcionários, funcionárias, estudantes, direção, orientadores e Coordenação Municipal;
- escolha dos orientadores que estariam assumindo a coordenação do processo político-pedagógico em cada um dos coletivos;
- apresentação, qualificação e aprofundamento dos princípios teórico-metodológicos norteadores do processo de construção do projeto político-pedagógico;
- definição coletiva de fluxos, de tempos e de espaços necessários para a articulação entre todos os sujeitos do processo;

- sistematização, a partir dos 21 coletivos existentes, das sessões de estudo realizadas, mantendo, independentemente do tempo e espaço em que ocorram, os seguintes momentos:

- a) leitura da memória-registro da sessão de estudo anterior;
- b) mística ou aconchego, de acordo com a fundamentação a ser trabalhada;
- c) fundamentação teórico-metodológica definida coletivamente pelo grupo de trabalho;
- d) o (re)pensar da prática político-pedagógica (através das leituras de memórias individuais);
- e) levantamento de indicativos, discussão e encaminhamentos (teóricos e práticos);
- f) (re)construção do planejamento quinzenal a partir das leituras crítico-compreensivas das memórias individuais, que retratam, além das práticas desenvolvidas no decorrer do trabalho, a realidade dos estudantes;
- g) problematização e aprofundamento teórico-metodológico do contexto municipal, partindo de cada uma das salas de aula/escolas, envolvendo pais, mães, educadores, educadoras, estudantes, funcionários, funcionárias e comunidade local;
- h) realização de seminários em sua relação micro-macro, na perspectiva de definir objetivos, metas e ações prioritárias para todo o contexto municipal.

Esses movimentos contribuíram para dar forma ao Projeto Político-Pedagógico Municipal em construção, anunciando que, como dizia o coletivo da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal da Edu-

cação:⁸ “Do chão nasce o desejo; do desejo, a fecundidade; da fecundidade, os filhos do sertão, que acreditam em suas forças e fazem florir a terra seca”.

Nessa experiência coletiva, é necessário lembrar que, como universidade, encontramos no espaço Programa Alfabetização Solidária a possibilidade de estar com os sujeitos do município, definindo e implementando a política pública para a educação de jovens e adultos e, conseqüentemente, definindo e implementando, como já exemplificamos, uma política pública municipal para a educação na sua totalidade.

Essa experiência em processo não está concluída; se assim acreditássemos, ela perderia seu significado. Temos certeza de que precisamos continuar insistindo na permanência dos diferentes coletivos nos diversos espaços pedagógicos, mesmo porque eles são os espaços possíveis de ação-reflexão-ação que contribuem para a transformação dos contextos educacionais, sociais, econômicos, históricos, culturais e políticos. Precisamos manter os vínculos da participação individual e coletiva, em que professor a palavra e a escrita, dialeticamente, são fatores indispensáveis para a conquista da cidadania, na definição e implementação das políticas públicas, como formação permanente e continuada ao longo da vida de todos os sujeitos socioculturais.

As concretizações, as lutas e outros sonhos permanecem vivos. Com o estudo da realidade, na totalidade de educação municipal, os diferentes sujeitos socioculturais, em Tucano, apontaram desafios, quais sejam:

- definição do coletivo das secretarias da administração municipal, na tentativa de articular todas as ações do município para a concretização de um

- projeto de desenvolvimento social, que vai além da educação;
- investimento na política pública da educação infantil (zero a seis anos de idade);
- articulação com a sociedade civil organizada: sindicatos, grêmios estudantis, grupos de jovens, associações...;
- efetivação de uma cooperativa, possibilitando a geração de emprego e renda para as pessoas jovens e adultas, principalmente estudantes da educação de jovens e adultos;
- implantação do curso superior em Pedagogia, com habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- fortalecimento/aumento do acervo da Biblioteca Municipal;
- ênfase na formação continuada no interior das escolas, reafirmando o "Projeto Político-Pedagógico nos Coletivos, o Reencontro com a Pedagogia da Esperança";
- definição e implementação de uma política de lazer, respeitando e valorizando a cultura popular local;
- criação do Conselho Municipal de Educação;
- investimento na política de educação especial;
- continuidade do trabalho da permacultura (cultura permanente) em articulação com a Secretaria de Agricultura;
- (re)construção do Plano de Carreira dos Servidores Municipais de Tucano;
- ressignificação da aplicação dos recursos pontuais e isolados dos projetos federais (Renda Mínima, Bolsa Escola, Proformação, Aceleração da Aprendizagem, Classes Aceleradas, Frente de Trabalho, Implantação de

Creches etc.), numa perspectiva de qualificar o Projeto Político-Pedagógico e implementar uma política pública municipal de educação.

Da alfabetização de jovens e adultos à construção coletiva de um projeto político-pedagógico, as marcas da participação, expressas nas vozes, nos desejos e nas vontades concretas dos sujeitos envolvidos vão se materializando no chão da comunidade tucanense. A relação entre o Centro Regional da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo/RS consolida lições de que é possível uma construção coletiva, de que é possível (re)pensar e ressignificar as nossas práticas pedagógicas, (re)construindo novos conhecimentos. Esses são símbolos de resistência e luta diária de sujeitos socioculturais que reafirmam, na caminhada, a possibilidade de não apenas sonhar com uma comunidade diferente, mas de (re)fazê-la, de fato, diferente.

NOTAS

⁶ O "Projeto Político-Pedagógico nos Coletivos, o Reencontro com a Pedagogia da Esperança" representa a opção teórico-metodológica na Faculdade de Educação, no Centro Regional de Educação (CRE), da Universidade de Passo Fundo-RS. O processo, a participação, o partir da prática, a natureza da instituição sobre a qual se faz a proposta, a opção ética e o exercício do poder na construção da proposta são os princípios teórico-metodológicos assumidos pela instituição.

⁷ Esse fragmento de memória foi escrito por Ademair Sousa Santos, coordenador pedagógico municipal da Zonal A. Essa zonal é constituída pelos coletivos das escolas municipais que trabalham, especificamente com o ensino fundamental (5ª a 8ª série).

⁸ O coletivo dos Coordenadores Pedagógicos Municipais, de 1999 a 2000, formou-se com cinco representantes: Ademair Sousa Santos (Zonal A), José Jackson Reis dos Santos (Zonal B), Josimara Santos Miranda (Zonal C), Sóstenes Bitencourt (Zonal D) e Neila Rosa Dantas (Zonal E).

Referências bibliográficas

BENINCÁ, Eli et al. Indicativos para a elaboração de uma proposta pedagógica. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 13-33 dez. 1994.

_____. A proposta pedagógica e sua legitimidade. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 3, n. 1, p. 97-109, dez. 1996.

_____. Prática pedagógica: uma questão de método. *Espaço Pedagógico*: Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 161-171, dez. 1997.

_____. Em busca de um método para a ciência pedagógica. *Espaço Pedagógico*. Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 129-153, dez. 1998.

BONETI, L. W. *Educação, exclusão e cidadania*. Ijuí: Unijuí, 1997.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da População*, Brasília, 1996.

DI PIERRO, Maria Clara. *Novos paradigmas para a educação de jovens e adultos*. São Paulo, 2001 (Mimeografado).

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 13. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HADDAD, Sérgio. *Estado e educação de adultos*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

HURTADO, Carlos Nuñez. *Comunicação e educação popular: educar para transformar e transformar para educar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.